

Cêça Guimaraens

No Olho do Furacão

(As Permanências do Moderno no Entorno do Prédio do Ministério)

Resumo

O trabalho demonstra o processo e alguns resultados da análise do conjunto de pareceres técnicos que trata das normas e diretrizes para construções novas no entorno do prédio do antigo Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro. Considera-se que essa documentação — existente em arquivos de instituições federais e municipais e contida em processos de licenciamento de edificações — é representativa das idéias modernistas de conservação do espaço circundante do prédio do MEC e da paisagem que este constitui.

As transformações das quadras vizinhas ao prédio do Ministério, que alteraram sobremaneira tanto o entorno positivo quanto o negativo, foram estudadas a partir dos projetos dos arquitetos-autores e dos argumentos dos gestores do IPHAN que justificaram a concessão de licença para as novas construções. Ainda foram observados os dados que se referem à conexão harmoniosa dos trâmites burocráticos de *projeção* dos edifícios e da cidade. Essa harmonização — levada a efeito pelos proprietários dos terrenos e pelos técnicos da municipalidade e do governo federal — mostrou-se criativa e determinante para as ações de proteção.

Algumas explicações

“um limite não é aquele onde algo *termina*

e sim, como reconheciam os gregos,

o limite é onde algo *inicia* sua presença.” (M. Heidegger)

Para entrelaçar o tema da permanência do moderno à constituição de monumentos nacionais — modernistas ou não — poderíamos destacar que o território da estética levou alguns arquitetos a estabelecerem políticas de proteção ao mesmo tempo em que realizaram um trabalho que deveria se enquadrar tanto sob o rótulo de *arquitetura científica* quanto sob o de *urbanismo empírico*.

A partir dessa afirmação, verifica-se que os principais componentes da geração de brasileiros reconhecida por meio do vocábulo “heróica” — os arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemeyer — realizaram, juntos, dois trabalhos que são as mais difundidas obras do urbanismo e arquitetura do Movimento Moderno brasileiro. A antiga sede do Ministério da Educação e Saúde, ou prédio do MEC e atual Palácio da Cultura ou Palácio Gustavo Capanema — concebido originalmente em 1936 por Le Corbusier e desenvolvido por um grupo de arquitetos brasileiros, liderado por Lucio Costa, no qual Oscar Niemeyer participou ativamente, e o plano piloto do novo distrito federal — Brasília, cidade que vem sendo elaborada desde 1956 —, foram concebidos sob a paixão que sempre moveu a criação dos monumentos.

Observa-se, mais uma vez à maneira de tantos, que a nova capital — apesar de constituir-se em tarda ousadia de cunho e estilo modernista — inaugurou o nosso limite contemporâneo ao fixar, em 1960, no planalto Central e goiano, a definitiva linguagem do então já clássico Movimento.

No entanto, também se pode verificar que as transformações dos entornos dos principais monumentos de Brasília e do prédio do MEC revelam os vários tempos do Modernismo. Essa variada temporalidade se encontra contida tanto em aspectos universais — quando o entorno é visto sob discurso urbanístico que traduz a idéia de cidade —, quanto particularizantes — quando se admite categorias próprias da arquitetura do edifício. E, apesar de vária, confirma a permanência dos princípios modernistas tornando-os responsáveis, em parte, pelo constante reconhecimento do valor internacional de ícones do Movimento Moderno brasileiro.

Os atos de tombamento do IPHAN — postos em questão no entorno do prédio do Ministério —, reafirmaram esse reconhecimento e a compressão das várias temporalidades que o edifício e o plano piloto contêm.

Na busca de sentido para a ação modernista de monumentalizar a cidade, reapropriamos o discurso pronunciado no ano de 1959 por André Malraux que, ao fazer o elogio crítico de Brasília, afirmava: “a arquitetura moderna era, até aqui, uma arquitetura de edifícios. Criou prédios, ainda que sejam um conjunto de torres eriçadas na proa de Nova York. Que ela devesse um dia ultrapassar esse individualismo épico — pois a cidade não é apenas uma aglomeração de prédios — nenhum historiador duvidava disso.”

Outros ditos de Malraux fazem pensar que o prédio do Ministério foi também concebido para constituir certa espécie de urbanismo que se utilizava daquela eterna “arquitetura de edifícios.” Ainda seguindo Malraux, observa-se que o prédio do MEC significou a “reconquista do arranha-céu pelo sol”. Assim, o sentido impresso à obra também aspirou de forma semelhante à “... ressurreição do lirismo arquitetural nascido com o mundo helênico, e que se tornara o sonho de César em Alexandria”; e buscou da mesma forma “... as perspectivas da Grécia, da Roma pontifical, de Versalhes e da Paris napoleônica.”

Então, admite-se que, se a paixão sempre moveu a construção dos monumentos, a comunicação dos seus significados superou em muito esta paixão ¹. Portanto, supondo ainda que a elaboração da *aura* de um bem tombado em um centro urbano populoso e dinâmico é, sempre e atemporalmente, uma operação *de comunicação*, analisamos a construção de edifícios altos no entorno do prédio do Ministério a partir dos registros que trataram das formas de conceituação e definição dos seus limites físicos e ambientais.

Para o estudo foi também importante a análise das soluções propostas para a quadra do Ministério por Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Jorge Moreira e outros arquitetos. Portanto, a amplitude da definição do entorno do prédio do MEC, estabelecido ao longo de quase cinco décadas, foi reproduzida na pesquisa por meio do encadeamento cronológico dos pareceres. Assim, pode-se verificar de que maneira as propostas de inserção de novas construções e de revisão dos gabaritos geraram os novos limites do monumento ².

Os documentos revelaram as estratégias conformadoras de espaços originais porque mesclados em princípios arquitetônicos modernistas, como o uso do *pilotis*, por exemplo. Esse entorno é, certamente, característico da idéia de cidade que se constrói “em movimento”.

A imagem pública do Ministério, na condição de ícone do Movimento Moderno da arquitetura também foi estudada a partir de outros tipos de informações. Embora o edifício tenha nascido *monumento*, a pesquisa demonstrou que a construção de Brasília e a transferência da capital para Goiás constituíram fatores para o fortalecimento de sua importância simbólica. A mobilização da imprensa em favor das ações de conservação do prédio do Ministério, revelada em recortes de jornais incluídos no conjunto de pareceres técnicos, destaca a sua significação para a ex-capital.

A análise de termos e técnicas de conservação empreendidas por Lucio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade para proteger as perspectivas monumentais do prédio do Ministério são representativas do processo de evolução urbana e arquitetônica das “Imediações do prédio do MEC e da igreja de Santa Luzia”. Assim, confirma-se a tradição brasileira de construir e conservar o Modernismo a partir da estética modernista.

O Monumento no Limite

A escolha do prédio do MEC para a demonstração das estratégias de configuração do nível do *skyline* contemporâneo carioca, levadas a efeito pelo IPHAN, decorre principalmente do fato de o seu entorno se constituir em uma espécie singular de território sagrado da *história* da arquitetura e do urbanismo modernista brasileiros. Assim, a idéia de objeto *histórico* estabelecido sob parâmetros dinâmicos parece perfeita para analisar a formação dos limites de superfície periféricos aos monumentos, quaisquer sejam seus tempos e naturezas.

O *entendimento* da complexidade dos conceitos de *ambiência* e *visibilidade* — nem sempre explícitos — foi o principal determinante dos limites do entorno do prédio do MEC e, portanto, das inserções das volumetrias novas posteriores ao tombamento. A partir disso, as formas de aplicação desses conceitos — às vezes contraditórias e excludentes — estabeleceram círculos concêntricos de distanciamento e aproximação ao monumento. Assim, os movimentos de aproximação e distanciamento dos objetos, pelo fato de nem sempre se realizarem de forma coordenada ou determinada previamente, reproduziram, em escala monumental, as estratégias de proteção de ambiências utilizadas desde a polêmica travada para a construção do edifício sobre o Arco do Teles.

A partir dos documentos analisados, verificamos que os entornos e as linhas de *visadas* do prédio do Ministério foram *tiradas*, definidas e redefinidas sucessivamente sobre pontos de vista circunscritos desde a rua Santa Luzia até o Parque do Flamengo, avenidas Rio Branco e Almirante Barroso, Graça Aranha e Antônio Carlos, ou seja, desde as adjacências da esplanada do Castelo. Dessa maneira, esses pontos demarcaram os raios e os centros de um espaço denominado “entorno arquitetônico e urbanístico” que, pouco a pouco, adquiriu características morfológicas e tipológicas variadas, agregando sucessivamente ambiência diversa.

No período 1950-80 foram construídos a sede do Banco Aliança da Bahia, o edifício Barão de Mauá, o palácio Austregésilo de Athayde ou edifício-sede da Academia Brasileira de Letras, o edifício Clube da Aeronáutica e o edifício Presidente Wilson — atual sede da Generali Seguros. O Centro Empresarial Arthur João Donato, ou edifício-sede da Firjan, na esquina da rua Santa Luzia com a avenida Graça Aranha, inaugurado em 1994, se configura hoje na condição de importante elemento tipológico da paisagem circundante e imediatamente vizinha ao prédio do Ministério pelo fato de recompor a diretriz de homogeneidade na quadra desenvolvida pela Comissão do Plano da Cidade e originalmente, proposta pelo autor do projeto de embelezamento, o urbanista francês Alfred Agache em 1926-29. Sob outros aspectos, entre os quais o da estilística compositiva, no entanto, a fachada em vidro *fumé* da sede da Firjan constitui um forte elemento de *atualização* da linguagem arquitetural da esplanada do Castelo.

Desse modo, em princípio e tendo em vista a configuração circundante, os limites diretos e imediatos do prédio do Ministério — constituídos em concorrência com as políticas de uso do solo no entorno de bens tombados, fixadas formal e informalmente pelo IPHAN —, foram estabelecidos pela envolvente definida pelas edificações das ruas Santa Luzia e Araújo Porto Alegre e avenidas Antônio Carlos e Graça Aranha.

De outro ponto de vista, os edifícios que compõem a perspectiva monumental da esplanada do Castelo, em especial, os Ministérios do Trabalho e da Fazenda, são itens oriundos do Plano Agache e foram construídos entre 1930 e 1940. Situados no entorno imediato são, portanto, vizinhos muito próximos do prédio do Ministério e podem ser considerados indivíduos complementares do espaço que o limita.

Verificou-se ainda que, segundo os critérios do IPHAN, na avenida Almirante Barroso, os prédios do lado ímpar dessa avenida não constituem a moldura para o prédio do Ministério. Neste sentido, as edificações do lado ímpar exprimem a diversidade dos padrões da estética iphaniana que configurou, concordando, com o tratamento diverso da avenida.

A diversidade de tratamento dos limites do prédio do MEC, em relação à verticalidade das construções no entorno imediato, impôs uma tipologia de tratamento assimétrico. Assim, pouco a pouco, alterou-se sobremaneira a perspectiva estabelecida em estudos anteriores, entre eles o Plano Agache.

Portanto, para os argumentos que movem este estudo, destacamos tangencialmente, os edifícios localizados na avenida Almirante Barroso, entre eles o Cidade do Rio de Janeiro, do arquiteto Slomo Wenkert, construído em meados da década de 60, e o novo Andorinha, cuja volumetria foi projetada por Pontual Associados em 1992.

O estudo do espaço do entorno do prédio do Ministério indica, em princípio, que o entendimento do IPHAN acerca da configuração e dos limites verticais da área se desenvolveu sobre um percurso progressivo no sentido da *aceitação* de *sugestões* dos grupos incorporadores. Verifica-se, portanto que, neste trajeto, além dos aspectos econômicos que certamente foram predominantes, a investida modernista, ainda hegemônica, pautou as amplas disputas que envolveram políticos e técnicos das três esferas do poder público no cumprimento das metas do capital imobiliário.

A Construção *Histórica e Artística* de Avenidas, Ruas e Edifícios

Contemporaneamente, o reconhecimento da importância histórica e artística da igreja de Santa Luzia deriva da excepcionalidade físico-espacial e simbólica da área, apesar do fato deste lugar, tão valioso, ter se edificado sobre vários tempos, fazendo-se de “pedra sobre pedra”. Mantida a partir de 1926, desde o Plano Agache, na condição de um dos pontos focais da perspectiva que se ampliava na lateral da esplanada, a igreja foi, em 16/07/38, incluída no Livro do Tombo das Belas Artes sob a inscrição de nº 12 -T- 38. Esta importância foi confirmada na data de 18/03/48, no processo nº 375 -T- 44, quando o palácio da Cultura, antigo edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde — também denominado palácio Gustavo Capanema — e toda a área da quadra em que este se insere foram tombados e receberam a inscrição nº 315 no Livro do Tombo das Belas Artes.

O contraste estabelecido na conexão dessas duas espécies, singularmente brasileiras, de tempos arquitetônicos e urbanísticos tão diversos fazia parte do projeto político do Estado brasileiro tanto em 1937 quanto em 1948. O mesmo interesse foi reforçado uma década após e serviu de alibi para dar início à série de alterações, que se agrega à mudança da capital para o Planalto, do entorno do prédio do Ministério.

No momento atual, esse espaço é considerado um fato urbano-arquitetural expressivo do processo de formação do significado simbólico do centro contemporâneo da cidade do Rio pelo fato de *reconhecer a presença* do prédio do Ministério e da igreja de Santa Luzia, e, também, porque integra a esplanada do Castelo, considerada importante forma urbanística de raiz agacheana.

A estes fatos de modernização do desenho urbano e arquitetônico do Centro acrescenta-se o parque do Flamengo, desenvolvido na década de 1950 por Burle Marx e Affonso E. Reidy, tombado pelo IPHAN em 1964; e incorporam-se os resquícios da Exposição Internacional de 1922, representados no Petit Trianon, antigo pavilhão da França, e na antiga sede do Tribunal Federal de Recursos, originalmente Pavilhão Britânico, que foi substituído pelo palácio Austregésilo de Athayde, atual anexo da sede da Academia Brasileira de Letras.

Dessa forma, os raios excêntricos situados nas vizinhanças dessas ruas e edifícios delimitam o espaço e integram o entorno desses monumentos. Essa estrutura histórica possui morfologia arquitetônica de identidade diversa apesar de se inspirar, sucessivamente, em idéias constantes dos projetos de embelezamento urbano, de linha iluminista, racional e funcionalista. Os contínuos movimentos de constituição da variedade de tipos e sistemas formais de base sanitaria e higienista se confirmaram no plano elaborado pelo urbanista Alfred Agache e se reproduziram no *urbanismo* do prédio do Ministério. A busca de luz, ar e sol fundamentou os decretos e projetos de alinhamento municipais e propiciou a produção do entorno atual. Geradas em padrões do urbanismo do século XIX e implantadas na década de 20, as variantes do urbanismo progressista foram, sucessivamente, reforçadas e reafirmadas na prática pelo poder federal e local até a década de 80.

A leitura do traçado viário desse entorno conduziu à verificação dos seguintes fatos visuais decorrentes da sua arquitetura:

a quadra composta pelas ruas Debret, Anfilófilo de Carvalho, Graça Aranha e Araújo Porto Alegre, define um pano de fundo limpo e neutro para o edifício do Ministério porque nela se contém o edifício-sede da Companhia Seguradora Aliança da Bahia;

a interseção da rua Araújo Porto Alegre com a avenida Graça Aranha e a seqüência interrompida da rua Pedro Lessa, junto com a pequena rua da Imprensa, demarca a superfície imediata do prédio do Ministério;

a avenida Graça Aranha enquadra o edifício-sede da Vale do Rio Doce na paralela dominante dos jardins do prédio do MEC e transforma o seu *pátio externo com pilotis*;

a esplanada propriamente dita, contida na perspectiva da avenida presidente Antônio Carlos, conforma hierarquicamente o entorno direto do Ministério;

os eixos internos e paralelos à avenida Beira-Mar, compostos pelas avenidas presidente Wilson, Roosevelt e Churchill, determinam, na esquina da avenida Presidente Antônio Carlos, o

espaço remanescente do acesso à Exposição Internacional de 1922; e, finalmente, a rua de Santa Luzia onde se dispõe a igreja de Santa Luzia.

O ambiente assim construído, embora composto de vias e edifícios de tipologia variada, imprime dimensão monumental ao entorno. Portanto, este entorno se dá a perceber amplo e ilimitado nas visadas que se definem sobre as grandes avenidas que o compõem. Os edifícios, por sua vez, configuram perspectivas abertas para paisagens largas e, tornando-se grandes *acontecimentos visuais*, se integram às conexões viárias; então, na perspectiva do pedestre, a maior dimensão da estrutura urbana é, de pronto, apreendida de modo predominante.

Da visão (em) diagonal, assim tão modernamente encetada, exclui-se a igreja de Santa Luzia e os ministérios da Fazenda e do Trabalho. E, por sobre esta cena, inclui-se, no entorno do Ministério, tudo o que encastelou o grupo do IPHAN. Assim, da exclusividade que se constrói por sobre o inclusivo, pôde ser configurada, em tempos do após-Brasília, a atualidade e a perene modernidade do prédio entorno do MEC.

Sobre Quatro Gigantes e Duas Torres

A *comunidade* dos iniciados e especialistas cerca o espaço que contém o prédio do Ministério na idéia de *proteção* do IPHAN e, com esta idéia, delineia uma determinada aura para o prédio e para a instituição. Porém, para a análise e o entendimento da formação desse espaço modernista não se deve restringir a vista apenas sobre os lotes da quadra contida no perímetro formado pelo prolongamento da rua Pedro Lessa, rua da Imprensa, rua Araújo Porto Alegre e avenida Graça Aranha, conforme se poderia discernir à primeira vista.

Para determinar a amplitude do entorno, buscamos perceber a atmosfera e sintonizar a aura do edifício constante em documentos de papel reunidos em pastas do Arquivo Central do IPHAN. Esses registros permitiram reproduzir as estratégias políticas formadoras de um específico e certo desenho de cidade contemporânea. Os arquitetos do IPHAN se revelaram, assim, parte do conjunto de interessados nas construções, fossem estes políticos, técnicos municipais, arquitetos-autores de projetos de edifícios, proprietários de terrenos ou incorporadores.

Desse ponto de vista, os quatro gigantes e as duas torres a que se refere o sub-título que inscreve este trecho do nosso estudo são: o prédio do Ministério, o edifício Barão de Mauá, a torre cilíndrica do Clube da Aeronáutica, o palácio Austregésilo de Athayde, o edifício Presidente Wilson e a outra torre cilíndrica. Esta última foi projetada por Lucio Costa sobre os lotes até hoje ainda vazios da quadra que, assim, foi considerada “área complementar” do entorno direto e inicialmente determinado.

Aqui, é importante destacar de novo que, dentre os documentos consultados, verificou-se que são bastante significativos os registros da transferência para Brasília. Estes revelam o

fortalecimento da imagem pública do prédio do Ministério na condição de símbolo do Modernismo arquitetônico brasileiro.

Os recortes de jornais da época da inauguração da nova capital, encontrados nas pastas citadas, registram o sentimento de perda, relativamente ao “destino” e ao estado de deterioração do prédio. Revelava-se, então, o consenso dos interessados no campo da história da arquitetura contemporânea e no campo da atividade de proteção de monumentos com relação à idéia de reforçar a condição de ícone do prédio e sua significação para a ex-capital.

A Terceira Margem do Rio: do Aliança da Bahia ao Novo Andorinha

Ao *expor* os quatro gigantes e as torres do entorno do Ministério, é preciso antes demonstrar que ali também existem outras fronteiras edilícias originais e inexploradas. A primeira dentre elas é a que foi consolidada na construção do edifício-sede da Companhia Seguradora e Banco Aliança da Bahia. Não foi encontrado nenhum registro da construção deste edifício no Arquivo Central do IPHAN e, tampouco, nenhuma informação precisa adveio nas respostas às entrevistas que fizemos com funcionários do IPHAN a respeito do assunto. Porém, o simples fato de o prédio estar situado em uma posição privilegiada — imediatamente *atrás* — faz com que o consideremos antes de todos os outros riscos que representam o perímetro do ambiente oficialmente circundante ao prédio do Ministério .

De acordo com os documentos consultados, o pedido oficial de licença para a construção do Aliança é do ano de 1957. Construído em meados da década de 50 pelo Escritório Técnico Ramos de Azevedo, o prédio obteve o “habite-se” em 1962.

A neutralidade de seus elementos fachadísticos — importante característica exclusiva da arquitetura modernista — é o principal fator da *presença arquitetural* do Aliança. Este aspecto foi confirmado no depoimento do arquiteto Alcides da Rocha Miranda — autor do parecer de tombamento do prédio do Ministério — que afirmou ser o edifício um “elemento limpo” daquele entorno ³. Outros arquitetos consultados expressaram a mesma opinião a respeito da aparência “moderna” do prédio e revelaram ter sido sua construção motivo de discussão, pois “à época eram poucos os prédios “modernos” construídos no Rio de Janeiro.”⁴

O fato de estar localizado na linha que encerra e define diretamente algumas visadas laterais da fachada oeste do prédio do Ministério — a fachada dos *brises-soleil* —, confere ao Aliança a condição de *pano de fundo* excepcional do prédio do Ministério. Assim, apesar de, à primeira vista, se inscrever à margem de modo discreto, é, de fato e de direito, parte integrante da configuração do entorno do prédio do MEC na medida em que forma a quadra imediatamente vizinha a que este edifício constrói. Importa acrescentar que, ao se tornar um importante entorno “negativo”, porque é totalmente integrado em todos os planos visuais *tirados* no interior da face oeste do Ministério, o Aliança da Bahia elege neutramente sua permanência. Além disso, os

percursos de aproximação desde a avenida Graça Aranha e de retorno em direção à mesma avenida enquadram a *ausência* de sua quase monótona e repetitiva presença.

Assim, no Aliança, o plano de fachada — configurado sobre módulos envidraçados que revestem o edifício do pavimento térreo ao último de seus 16 pisos — opõe, de forma decisiva, um *pano de boca* que se adivinha desde sob o *pilotis* do prédio do Ministério. Dessa forma, o engenheiro C. A. Del Castillo, autor do projeto, realizou uma obra que se inseriu adequadamente em tão *ilustre* vizinhança e esse fato arquitetural deve ser registrado. Aqui, este destaque é devido não apenas do ponto de vista da localização tecnicamente correta, mas também pelo desenho de sua quase perfeita modenatura que se expressa em linhas harmoniosas nas quatro fachadas. Apesar destas características atenderem ao gosto modernista e à condição mais favorável em termos dos diagramas de orientação, no que diz respeito ao sol e aos ventos, a construção do Aliança da Bahia é notável porque se realizou sobre estratégias administrativas e políticas que permitiram a alteração dos padrões urbanísticos e arquitetônicos então discriminados em Projetos de Alinhamento e normas referentes ao gabarito.

O projeto inicial continha 12 pavimentos, sendo alterado para 15 mais o pavimento de cobertura; além da mudança de gabarito, o fato arquitetural do Aliança propiciou, mais uma vez, o exercício de projeção sobre o tema da quadra homogênea. Aqui, pode-se afirmar que esta experiência também se utilizou de recorrências históricas e arquitetônicas ao levar adiante, oficialmente com a legalização da mudança do P. A. L., as alterações da quadra e da altura.

As alturas das margens da avenida Almirante Barroso se incluem no rol das melhores expressões da diversidade dos gabaritos dos eixos conformadores das adjacências da esplanada do Castelo demonstrando o elo de processos que se refazem continuamente sobre restrições e permissões. Ali, a partir da assimetria e diversidade evidentes em limites superiores, o projeto do *skyline manhattaniano* do centro da cidade busca se reproduzir fiel e condignamente.

Dentre as melhores representações da inflexão da verticalidade arquitetural presente nas vias mais importantes do Castelo encontram-se os edifícios Cidade do Rio de Janeiro e Novo Andorinha. Quando analisamos e conectamos os fatos arquitetônicos e protecionistas aí contidos e que ocorreram ao longo das quase três décadas que separam aquela construção do Cidade do Rio de Janeiro e este projeto do Novo Andorinha — elaborados entre 1966 e finais da década de 80 —, verificamos que estes edifícios são verdadeiros “fenômenos construtivos e administrativos.” A configuração de suas linhas guarda, sob as devidas proporções e medidas de interesse econômico, todos os aspectos da harmonia com que foi conduzida, em paralelo à proteção do patrimônio carioca, a produção da arquitetura contemporânea.

O edifício Cidade do Rio de Janeiro foi projetado em 1965 e, segundo texto publicado em 1966 na revista *Arquitetura* do IAB, estava “localizado no único terreno disponível da zona comercial” do Centro, ou seja, à avenida Almirante Barroso, lote 63, esquina com a rua México. O programa procurava atender em 31 pavimentos — o dobro da altura dos edifícios à sua volta

— à multifuncionalidade e às necessidades de rendimento do trabalho e o aproveitamento das horas de lazer, enfatizando também as facilidades de acesso e a solução para o problema do estacionamento de veículos. Profissionais liberais e empresários teriam as vagas dos seus carros no mesmo pavimento da própria sala de trabalho que, por sua vez, estaria voltada para a rua.

No vértice da quadra vizinha, quase trinta anos depois, os 35 pavimentos do Novo Andorinha, projetados no lote nº 81 da avenida Almirante Barroso e na esquina da avenida Graça Aranha, representaram, mais uma vez, a renovação das dimensões da volumetria arquitetural do Centro. Previsto sobre a demolição dos 12 andares de um Andorinha incendiado em meados da década de 80, o projeto do Novo Andorinha é, reconhecidamente no entendimento de alguns técnicos do IPHAN, uma expressão dos conflitos entre a legislação municipal e o plano original de Alfred Agache.

Portanto, o edifício Novo Andorinha, cujo projeto se configura em 35 pavimentos, preencheu o conteúdo de memorandos e informações técnicas nas instâncias regional e central do IPHAN e da prefeitura desde 1987. Apesar das marchas e contramarchas, as discussões, encerradas em pareceres onde prevaleciam pontos de vista opostos, determinaram o eixo da avenida Almirante Barroso “como limite”. A informação técnica definitiva no sentido da concessão de licença para a construção, rezava: “ficamos em dúvida se a análise daquela construção é da competência deste IBPC.”⁵

A partir dessa assertiva, a altura do Novo Andorinha foi alterada até o nível do edifício Cidade do Rio de Janeiro, dando termo à preocupação do IPHAN de não estender suas áreas de interesse ao infinito. Assim, definindo outra envolvente do prédio do MEC sobre o eixo da avenida, o IPHAN fixou sua competência sobre o que está dentro e fora dos limites da área de entorno dos principais monumentos tombados no Castelo e adjacências.

Finalmente, é preciso ressaltar os tombamentos dos prédios do Museu Nacional de Belas Artes e da sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), realizados respectivamente em 24 de maio de 1973 e no dia 29 de maio de 1984, e, portanto, em período posterior à construção do Cidade do Rio de Janeiro. De outro lado, as soluções que determinaram a altura da sede da Firjan, localizada três quadras adiante do Novo Andorinha, na esquina da avenida Graça Aranha com rua Santa Luzia, justificariam, segundo os técnicos da área central do IPHAN, a contínua homogeneidade na linha do topo do entorno do prédio do Ministério.

Quando posto em dúvida, o eixo da Almirante Barroso não deixou de ser fronteira de linhas verticais sempre crescentes; considerado um prolongamento da avenida Chile, estabeleceu outro limite do interesse institucional.

Sobre o Edifício Barão de Mauá

Os textos e os desenhos onde se encerram os procedimentos e os termos de proteção do prédio do Ministério se referem inicialmente ao seu tombamento e à transformação de seu entorno imediato. Assim, a construção do Barão de Mauá foi tratada com todos os “cuidados” requeridos para inserção de um novo edifício em um espaço protegido. A construção do edifício Barão de Mauá, também conhecido sob a condição de “a noiva do Ministério”, foi concebida entre 1958 e 1960 por Oscar Niemeyer, S. Barroso e a DPHAN.

A partir da análise desses documentos, verifica-se que as propostas para construção nos lotes da área complementar da quadra onde a antiga sede do Ministério da Educação e Saúde está inserida constituem o eixo gerador das estratégias de proteção da sua “perspectiva monumental”.

Seguindo a disposição cronológica, os documentos demonstram que os aspectos relativos à propriedade dos terrenos imediatamente vizinhos ao prédio e aos valores de aproveitamento do potencial construtivo do solo configuram o conteúdo das primeiras questões dos processos. Na condição de importantes dados do conjunto de documentos do processo de licença para construção, essas questões, informam a base das discussões e, por outro lado, permitem verificar também que o pedido de desapropriação da área — medida que garantiria a perspectiva monumental do Ministério — demarcou, no ano de 1958, a dimensão e os graus da atuação do IPHAN no entorno do prédio do MEC.

Além de informações detalhadas sobre os aspectos de ordem jurídica e legal — que configuram uma abordagem do processo de construção do ponto de vista dos procedimentos burocráticos e políticos —, outros fatos relatados na documentação consultada revelaram que:

os estudos arquitetônicos de implantação e volumetria para a sede da Fundação Getúlio Vargas são de autoria dos arquitetos Oscar Niemeyer e S. Barroso ⁶, sendo aprovados sem restrições pelo IPHAN em 1960;

os projetos de alinhamento foram elaborados em conjunto com as instituições de nível local na década de 60;

a área restante da quadra, após a construção do edifício Barão de Mauá, foi considerada *non aedificandi* pelo IPHAN em 1965;

o pedido de cancelamento do tombamento da área ocorreu em 1967 e mobilizou os arquitetos do IPHAN, em especial Lucio Costa e José de Souza Reis, até 1969;

a proteção e as propostas de paisagismo com árvores no *miolo* da quadra foram definidas por Lucio Costa;

as linhas de visibilidade do prédio do MEC conforme determinadas por Lucio Costa foram *tiradas* do meio-fio da rua de Santa Luzia;

a proposta de projeção e volumetria de torre a ser construída no *miolo* da quadra foi concebida inicialmente em 1970;

a proposta da Coderte para construção de garagem nos terrenos vazios e remanescentes da quadra decorreu de um equívoco administrativo face à questão da propriedade dos terrenos;

as propostas da Secretaria de Planejamento Urbano para novo prédio no alinhamento da avenida Graça Aranha englobavam a transformação da área remanescente da quadra exclusivamente para pedestres;

as críticas à solução de torre no centro da quadra referem-se à precária situação de desintegração do ambiente “já bastante comprometido pela escala dos prédios em torno”⁷; a reconstrução do Barão de Mauá, realizada em 1983, em razão de incêndio ocorrido em 11/12/1981, resultou na radical transformação das suas fachadas;

a perene condição *non aedificandi* do centro da quadra é a referência formal constantemente idealizada em quase todos os informes do corpo de técnicos e dirigentes do IPHAN.

A Retórica e a “Identidade” da Técnica

Além dos projetos de alinhamento que estabeleceram, no período 1960-90, as vias e os gabaritos do entorno, outras descrições dos edifícios — do tipo laudos, fichas técnicas, publicações, memórias justificativas, propagandas e críticas — foram alguns elementos de análise que contribuíram para o entendimento da *negociação* que motivou as alterações dos parâmetros formais de altura e de aproveitamento dos terrenos do entorno do prédio do Ministério. Dentre estas fontes, destacam-se os textos dos pareceres e a produção técnica de âmbito interno do IPHAN — sempre adjetivadas com os vocábulos “oportunos” e “convincentes”.

Observa-se que a necessidade constante e perene de atualização dos principais fatos formais e programáticos do tipo arquitetônico *edifício de escritório* foi o mote principal nas argumentações técnicas e administrativas e o fator essencial às alterações da legislação. Assim, o transcurso do processo de licença para construção sempre decorre sob um *pensamento positivo*, ou seja, otimista e funcional-progressista. Isso não impede, entretanto, que os fundamentos das ações e reações, registradas no périplo burocrático de aprovação dos projetos, expressem a existência de uma luta, embora esta luta, na maioria dos casos, apareça camuflada. Neste jogo, as perdas e os *ganhos* se naturalizam e, conseqüentemente, se vulgarizam. Os processos são, portanto, os elementos determinantes de apropriada ética que é revelada, igualmente, sobre certa estética e apropriada retórica.

Para finalizar, talvez seja imprescindível colocar frente a frente de tudo o que foi exposto até aqui as palavras do arquiteto Edgar Graeff⁸ lembrando que, em 1976, o prédio do Ministério:

“por seus valores, representa (va) um dos momentos culminantes do movimento mundial de arquitetura moderna. O edifício, que ainda hoje constitui uma das expressões mais jovens da arquitetura moderna, repousava de leve no vasto quarteirão ajardinado, entre construções de pouca altura. A constante valorização da *mercadoria do solo urbano* conduziu os

proprietários dos imóveis adjacentes a demolirem os antigos prédios para construírem outros, utilizando os limites máximos de gabarito e taxa de ocupação do solo permitidos no local. O que antes aparecia como um largo e desafogado quarteirão ajardinado foi encolhendo, na medida em que se elevaram as muralhas de alvenaria nos quarteirões vizinhos. Por fim, o próprio poder público sucumbiu à tentação do mercado: e, ali, em recanto do terreno, onde deveria ser construído um teatro, em harmonia com o bloco do Ministério, eleva-se um arranha-céu para abrigar serviços burocráticos.”

O que o estudo do professor Graeff não revelou foi o papel do poder público no jogo da sedução com o mercado. Este, sim, foi o radical agente do furacão que passou sobre o tempo e não alterou nem os pilotis de Le Corbusier e menos ainda os jardins de Burle. Do Burle que, embora sendo Marx foi, apenas, um modernista artesão da paisagem que projetou os jardins do entorno do prédio do Ministério.

Currículo

Cêça Guimaraens, arquiteta graduada na FAU-UnB, é doutora em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ; professora e coordenadora da área de pesquisas de Historiografia e Preservação do Patrimônio Cultural do PROARQ/FAU-UFRJ. Dirigiu o Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN; é autora de projetos de arquitetura e reabilitação urbana e escreveu livros e artigos.

Endereço

Rua Smith Vasconcelos, 55 ap 301. Cosme Velho, Rio de Janeiro. RJ.
22241-160
tel/fax (0--21) 285 3471
Email: cessa@netgate.com.br

Notas

- ¹ O termo “comunicação” é aqui utilizado no sentido “daquilo que se entende do que se fala” e não no sentido “do que se fala a respeito de algo.”
- ² A íntegra do resultado desta análise encontra-se na tese para doutoramento “Paradoxos entrelaçados: as torres para o futuro e a tradição nacional (a arquitetura do Patrimônio no Centro do Rio de Janeiro” que realizei no IPPUR/CCJE-UFRJ.

³ Entrevista com Alcides da Rocha Miranda, 25/07/98.

⁴ Depoimento de arquiteto e funcionário da SMU/Rio, novembro de 1998.

⁵ Ver Memo DEPROT/ IPHAN de 21/09/93; processos n^{os} 14/360.040/87 e 02/360056/89 da SMURio; e informações e pareceres técnicos da pasta “Imediações do prédio do MEC”: s/ data; inf. n^o 251/90; e memo 286 de 05/10/93.

⁶ S. Barroso dirigiu a 6^a C.R. e o Departamento de Proteção entre 1989 e 1998.

⁷ Processo n^o 06/001.174/80, fl. 6 - 08/05/80. Pasta “Imediações do prédio do MEC”, vol. VI. Arquivo Central do IPHAN.

⁸ Edgar Graeff foi arquiteto, teórico, crítico especializado em arquitetura contemporânea e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília até 1968. Autor de livros e artigos, escreveu também o verbete *edifício* para a Enciclopédia Mirador Internacional, editada sob a coordenação de Antonio Houaiss com a colaboração de Otto Maria Carpeaux e outros intelectuais que, na década de 70, estavam diretamente engajados na resistência à ditadura militar.